

- Questões jurídicas na visão do presidente do STF, Nelson Jobim, e dos ministros Carlos Velloso e Gilmar Mendes (STF) e Nancy Andrichi (TSJ)

- Senador Aloizio Mercadante aborda a internacionalização do Brasil

- Os dez mandamentos da ética, por Gabriel Chalita

- E o vento levou Robert Scheidt ao ouro

- O jornalismo na guerra

- Projeto Genoma brasileiro é reconhecido internacionalmente

- Computação em grade é o paradigma do século XXI

- A mão da ciência sobre a fisioterapia e a terapia ocupacional

- A zagueira Juliana Cabral é prata da UNIP



## Ruy Ohtake e a sustentável leveza arquitetônica

O premiado arquiteto Ruy Ohtake balançou as estruturas do encontro promovido pelo *Sistema Multiensino*, no dia 23 de junho, ao fazer um traçado sobre a identidade da arquitetura brasileira. Além da platéia local, a palestra foi acompanhada, em tempo real, via *internet* e pelos canais da televisão RBI, instalados em São Paulo e Brasília.

Ruy Ohtake, filho da conceituada artista plástica Tomie Ohtake, é apreciador do belo e da poesia. Para ele, a arquitetura deveria ser entendida por todos. “Arquitetura tem de ser como um filme de Charles Chaplin, que pode ser considerado uma comédia ou uma grande mensagem filosófica. Cada um entende de um jeito, mas todos entendem”, disse.

Mestre das linhas curvas, o arquiteto confessa que se inspira em dois outros grandes talentos brasileiros: Aleijadinho e Oscar

Niemeyer. Do escultor barroco mineiro, Ohtake busca a leveza. Entre as obras de Aleijadinho, o arquiteto destaca as esculturas em pedra-sabão de doze profetas que estão no Santuário de Nosso Senhor Bom Jesus do Matosinho, localizado em Congonhas do Campo, Minas Gerais. “A gente percebe uma dança dos profetas. Parece que, se uma brisa soprar, a roupagem de pedra vai começar a balançar, tal a leveza que Aleijadinho conseguiu imprimir”, enfatizou o arquiteto.

Quanto a Oscar Niemeyer, cuja marca é a leveza das formas curvas, Ruy Ohtake o considera o arquiteto mais importante do século XX. Tem tanta importância que, para Ohtake, a pedra fundamental da arquitetura brasileira contemporânea foi assentada nas décadas de 40 a 60 do século passado, com a construção do conjunto arquitetônico da Pampulha, obra de Oscar Niemeyer erguida em

Belo Horizonte, e com a fundação de Brasília, cidade a que Niemeyer deu forma a partir do projeto do arquiteto Lúcio Costa. Portanto, de acordo com Ohtake, a arquitetura contemporânea brasileira começou há cerca de cinquenta anos, o que significa um semi-arco. “Nenhuma escola no mundo conseguiu manter um arco de atuação de cem anos. Seria maravilhoso se a nossa arquitetura completasse o arco”, destacou.

Para Ruy Ohtake, a arquitetura brasileira deve pavimentar-se na linha da criatividade, do arrojo, da surpresa. De fato, o concreto da cidade de São Paulo tem-se curvado à criatividade do arquiteto. O hotel Unique, que para uns tem formato de fatia de melancia, é uma de suas obras mais recentes que têm sido edificantes no rejuvenescimento da metrópole paulistana. A carambola que enfeita a fachada do Instituto Tomie Ohtake também dá gostinho

de novidade na paisagem da cidade. Já em Heliópolis, a favela mais antiga e que abriga cerca de cento e vinte mil pessoas, as fachadas das ruas receberam tinta fresca, por mãos e demãos de desempregados da própria comunidade. Além disso, crianças aprendem a desenhar o próprio futuro, e adolescentes tornam-se profissionais da arte. O palco dos talentosos é uma feirinha. “Ela foi criada para vender não apenas o produto dos jovens artistas, mas também os doces da mãe ou os bordados da tia”, explicou o arquiteto.

Ruy Ohtake também tem carinho pelo projeto social “O Menino e o mar”, que cuida do desenvolvimento social de crianças de família de baixa renda no litoral norte do Estado de São Paulo. Em um pavilhão comunitário, há pequenas instalações para médicos e dentistas voluntários, creche e artesanato, além de uma pequena arena para as crianças.

Sem temer a polêmica, Ruy Ohtake se debruça sobre a prancheta com a mão firme de quem traça a própria estrada. E é à mão mesmo, já que ele não sabe manipular computadores. Sonhos e desafios nascem da velha e boa dupla formada por lápis e papel. E as cidades ganham uma sustentável leveza arquitetônica. ■



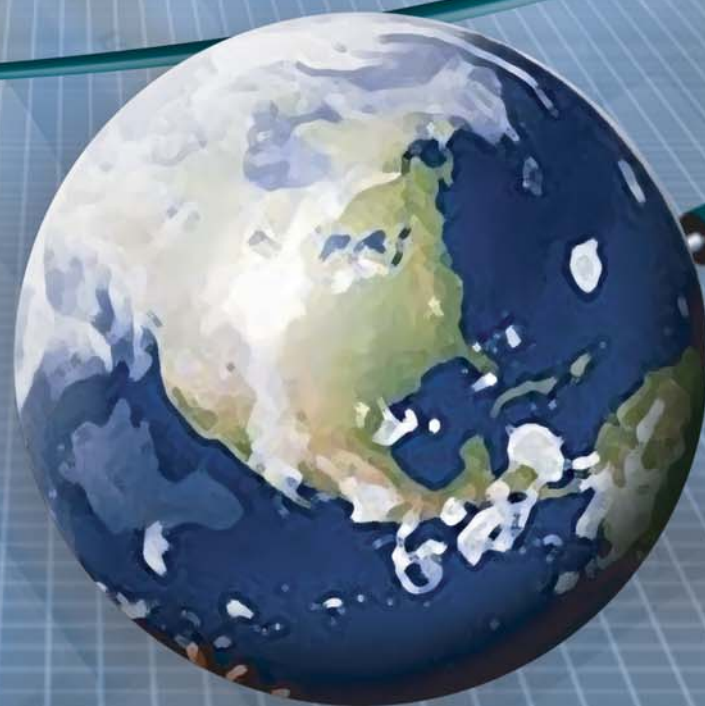
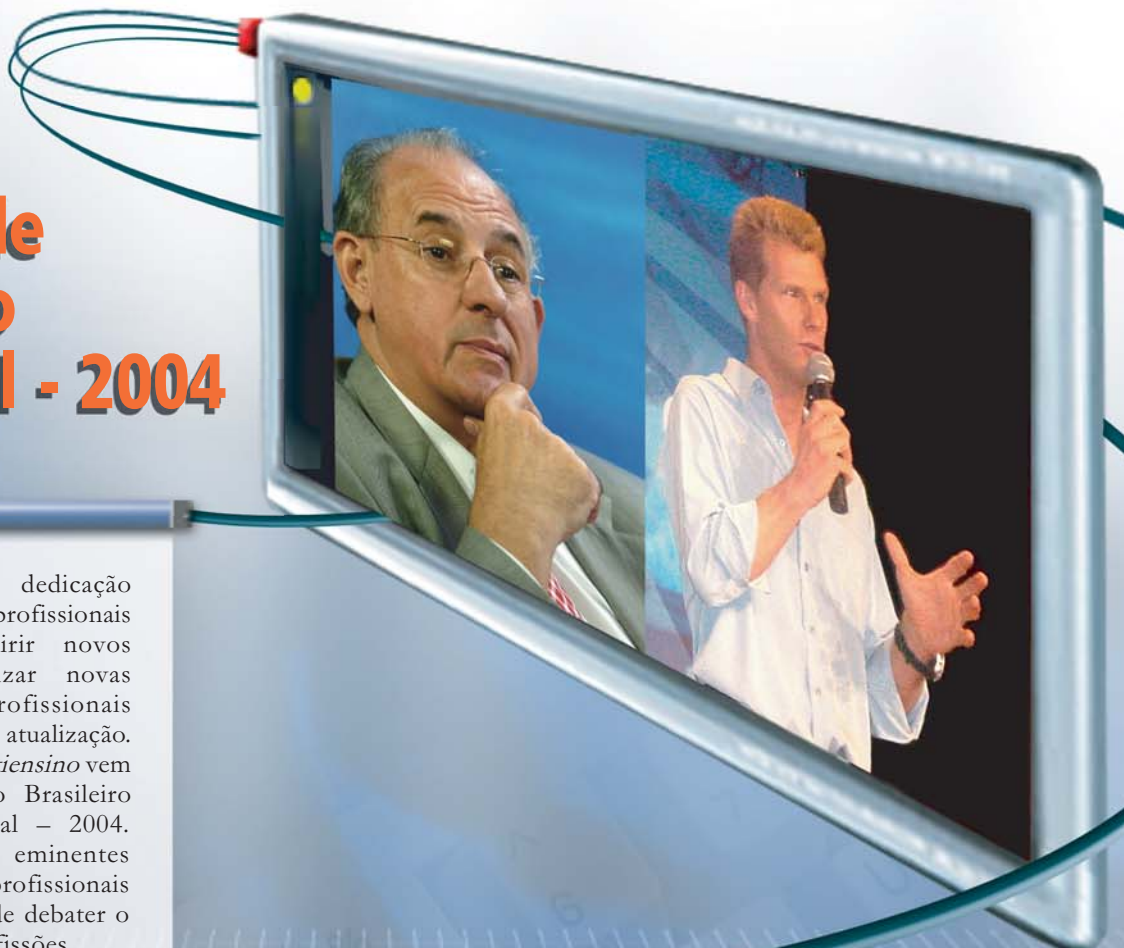
O arquiteto Ruy Ohtake

*“Arquitetura tem de ser como um filme de Charles Chaplin, que pode ser considerado uma comédia ou uma grande mensagem filosófica. Cada um entende de um jeito, mas todos entendem”*

### Congresso Brasileiro de Atualização Profissional - 2004

Estudo, criatividade e dedicação fazem parte da história dos profissionais de sucesso. Para adquirir novos conhecimentos ou realizar novas descobertas, esses profissionais necessitam de permanente atualização. Ciente disso, o *Sistema Multiensino* vem promovendo o Congresso Brasileiro de Atualização Profissional – 2004. Conceituados cientistas, eminentes lideranças e destacados profissionais têm-se revezado na tarefa de debater o futuro e o presente das profissões.

As palestras têm-se realizado em estúdios, teatros e anfiteatros, com transmissão pela Rede Brasileira de Integração (RBI), em canais instalados em São Paulo e Brasília. As conferências também podem ser acessadas pela *internet*, em tempo real, ou posteriormente. O *Sistema Multiensino* disponibiliza satélite, emissoras de TV e *internet*, para que alunos e professores de todo Brasil possam interagir com cada palestrante.



## Presidente do Supremo, Nelson Jobim, fala sobre tratados internacionais

Em 22 de junho, o *Sistema Multiensino* recebeu o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, para falar sobre a transformação de tratados internacionais em leis. A palestra foi transmitida, em tempo real, pela *internet* e pelos canais da televisão RBI, instalados em São Paulo e Brasília.

O ministro destacou que, inicialmente, acordos e tratados internacionais são realizados via negociação, comandada pelo presidente da República ou por órgãos federais, como o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). Existem tratados internacionais exclusivamente bilaterais – caso das extradições – e multilaterais, ou de negociação coletiva, que são celebrados no âmbito de estruturas como a Organização das Nações Unidas (ONU) ou a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Sérgio Amaral



O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim

Segundo o presidente do Supremo, no Brasil, a negociação de um tratado internacional é conduzida, basicamente, pela burocracia do Itamaraty. Contudo, em se tratando de matérias específicas, os ministérios correspondentes são consultados. Contratos de natureza comercial, por exemplo, requerem a participação dos ministérios relativos ao comércio.

O ministro Nelson Jobim explicou que, após a negociação, ocorre a celebração do tratado, pelas mãos do presidente da República. Acaso o Chefe da nação se encontre impossibilitado, é convocado um plenipotenciário, termo para designar o representante oficial. Uma vez celebrado, o tratado internacional tem de ser integrado ao direito interno brasileiro, já que nosso sistema é dualista, ou seja, reconhece dois ordenamentos distintos: o direito internacional e o interno.

A inserção da regra internacional começa pelo Congresso Nacional. Na forma de decreto legislativo, a Câmara dos Deputados e o Senado

Federal poderão aprová-lo ou não. Se aprovado, o presidente da República promulga o decreto, que se torna lei ordinária e caminha para a ratificação internacional. O presidente do Supremo disse que a ratificação acontece pela troca de instrumentos ou por carta de ratificação, quando se trata de tratado bilateral. No caso de tratado multilateral, o procedimento é diferente: a ONU fica encarregada de validá-lo.

O presidente do Supremo deixou claro que, mesmo com força de lei nacional, o tratado não prevalece em relação à Constituição. Ao contrário, ele pode ser submetido ao Supremo Tribunal Federal, por intermédio de uma ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), se houver regras que conflitam com a Carta Magna.

Por outro lado, se o Congresso aprovar uma lei que se contradiz com o tratado já incorporado ao nosso direito, este será revogado. No geral, aplica-se a regra de que a lei posterior anula a anterior,

exceto no caso de lei especial. Mas o presidente do Supremo ressaltou que o Poder Legislativo possui reduzida participação no processo de formatação de um tratado internacional, já que não são permitidas emendas ao texto. “Só avançaremos no tratamento da questão internacional se ficar assegurada ao Congresso a participação efetiva na formação da vontade internacional do País”, encerrou. ■

*“Só avançaremos no tratamento da questão internacional se ficar assegurada ao Congresso a participação efetiva na formação da vontade internacional do País”*

**Multi** UNIP  
UNIVERSIDADE NUNO DE ALBUQUERQUE

**Editora Sol**  
diretora  
Sandra Miessa  
consultoria  
Elisabete Brihy  
editoras  
Sandra Miessa e Wilma Ary  
multimídia  
Marcelo Souza  
comunicação institucional  
Marcus Vinícius Mathias  
chefia de redação  
Wilma Ary  
reportagem  
Carla Linhares  
Roberta Abrahão  
Sergio Miessa  
textos especiais  
Sandra Miessa  
diagramação  
Fernanda Milani  
revisão  
Mônica Di Giacomo  
arte  
Douglas Moraes  
Alexandre Ponzetto  
fotolitos  
Homart

### Vida de ventos e velas

Bons ventos trouxeram Robert Scheidt ao *Sistema Multiensino*. Na Grécia, o vento de travessia mais uma vez o levou ao Olimpo dos grandes atletas. De lá, o iatista trouxe sua segunda medalha de ouro (a primeira veio de Atlanta, EUA). Scheidt também conquistou uma medalha de prata em Sidney, Austrália. Mas não é só. Ele é o único brasileiro heptacampeão mundial de uma modalidade olímpica. Também ganhou três ouros em pan-americanos e venceu todos os campeonatos que disputou em 2004. Possui ainda muitos outros títulos. Não por acaso, em 2001, foi considerado o melhor velejador do mundo, pela *International Sailing Federation* (ISAF).

Robert Scheidt não faz marola com o sucesso, pois a humildade sempre foi um lema para ele. Sereno, narrou a bonita história de um homem e seu amor pela vela, aos alunos do *Sistema Multiensino*, no dia 14 de setembro. Além de contar com a transmissão da palestra pelos canais da televisão RBI,



Denise Calvina Abraniches

O iatista Robert Scheidt

instalados em São Paulo e Brasília, os alunos puderam, em tempo real, navegar pela *internet* e interagir com o iatista. Contudo, o campeão também sentiu a vibração da platéia local.

O amor de Scheidt pela vela começou aos nove anos de idade. O pai foi o timoneiro que o conduziu a esse mar de possibilidades. Scheidt sentiu um sopro de liberdade, mas sempre respeitou a natureza, as regras. Para o velejador, a natureza o ensinou a enfrentar variáveis incontroláveis. “Na vida, a gente sempre lida com coisas fora de nosso controle”, disse ele. Scheidt contou que, na primeira vez em que velejou, havia previsão de temporal para o dia. Teve medo, porém, o pai o encorajou: “Se o barco virar, você o desvira. Ele vai ficar cheio de água, mas, com o balde, você a retira.”

Scheidt acredita que um dos fatores para o sucesso é a fixação de objetivos. Para ele, é muito importante saber aonde se quer chegar, e nunca desistir. Certa vez, aos dezesseis anos, Scheidt treinava em Ilha Bela, no litoral paulista, sozinho e afastado da costa. O leme do barco quebrou, e o velejador teve de improvisar. Depois de muito rezar e lutar, ele acabou conseguindo rumar a

uma praia. Mais tarde, o pai escreveu na peça quebrada: “Se perder o leme, nunca perca o rumo”.

Segundo Scheidt, a vida sempre oferece obstáculos, mas não podemos perder o norte de nossos objetivos. Muitos desejam a glória, porém, poucos querem pagar o preço. Este ano, Scheidt concentrou-se no vento fraco que sopraria em Atenas e que não é sua especialidade. Pesquisou, testou, treinou, enfim, preparou uma estratégia e depois foi só correr para o abraço.

Scheidt também destacou que é preciso respeitar os adversários e jamais subestimá-los. Segundo ele, há competição em qualquer mercado de trabalho, portanto, há sempre alguém desejando ocupar o lugar de alguém. “A gente tem de aprender com os rivais, observá-los, extrair-lhes as coisas positivas”, acrescentou.

Formado em administração de empresas, o campeão disse que os estudos nunca o impediram de manter uma rotina de treinos. Para ele, mais difícil que chegar ao topo de uma atividade é manter-se lá. “O importante é não ter medo de perder”, concluiu.

Robert Scheidt falou do



*“A gente tem de aprender com os rivais, observá-los, extrair-lhes as coisas positivas”*

orgulho de representar o Brasil. Toda uma vida de luta e sacrifício não tem sido em vão. “Sou feliz e realizado. Para mim, o otimista espera o vento mudar, o pessimista reclama do vento e o realista ajusta as velas”, encerrou.

Na bonita história de Robert Scheidt, um dia ele viu de que lado soprava o vento dos sonhos e decidiu deixar-se guiar por ele. ■

*“Para mim, o otimista espera o vento mudar, o pessimista reclama do vento e o realista ajusta as velas”*

## Ética, nas palavras de Gabriel Chalita

O titular da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, a maior do mundo, com responsabilidade sobre cerca de seis milhões de alunos, Gabriel Chalita, é um professor que diz que as palavras são o instrumento mais valioso dos educadores apaixonados. E foi com o uso de belas palavras que ele discorreu sobre os dez mandamentos da ética na palestra dirigida aos alunos do *Sistema Multiensino*, no dia 25 de junho. Tais palavras conquistaram não apenas a platéia local, mas também

ecoaram, em tempo real, pela *internet* e pelos canais da televisão *RBI*, instalados em São Paulo e Brasília.

De acordo com o professor Gabriel Chalita, o primeiro mandamento da ética é fazer o bem. Ele destacou que, ao ajudar alguém, além do sentimento de felicidade que nos domina, temos a percepção de ter realizado algo que faz parte da essência humana.

O segundo mandamento reza que devemos agir com moderação. Segundo o secretário, nas relações

interpessoais, quando conseguimos manter a temperança em relação ao outro, terminamos por quebrar eventuais dificuldades. Gabriel Chalita disse que, ao tornar-se secretário da Educação, assumira consigo mesmo o compromisso de manter-se próximo aos professores. Uma semana após a posse, durante a primeira palestra que ministrou, recebeu enorme vaia dos professores. Com o tempo, conversando e ouvindo críticas e reclamações, acabou por ganhar o respeito da classe.

Pelo terceiro mandamento, é preciso saber escolher. Gabriel Chalita salientou que a

vida é um conjunto de escolhas, e, ao tomar uma decisão, podemos passar por momentos de angústia, de desamparo e de desespero. Mas o importante, segundo o secretário, é assumir as nossas escolhas e não jogar tal responsabilidade sobre os outros.

No quarto mandamento, vigora a prática das virtudes. Chalita disse que devemos nos espelhar em alguém. Para ele, a história do próprio pai espelha grandeza. Analfabeto, o pai foi servente de escola, feirante e enriqueceu. Certa vez, construiu sessenta casas e as doou aos menos favorecidos. O pai explicou: "Deus me fez um velhinho rico, e eu quis partilhar um pouco com os velhinhos que não ficaram como eu." Para o professor, o pai foi seu grande mestre. Ensinou-lhe lições de amor, respeito e simplicidade.

Viver a justiça é o que

estabelece o quinto mandamento. Segundo o secretário, o bom jurista tem de entender o ser humano, de conhecer poesia, de conhecer a vida.

O sexto mandamento é o da razão. Como a vida impõe dificuldades o tempo todo, precisamos acreditar que somos capazes, e não viver de desculpas. Mas, conforme o sétimo mandamento, o ser humano também é afetivo. O professor Chalita acredita que educação só se faz com afeto. "É preciso gostar do aluno", ressaltou.

O oitavo mandamento valoriza a amizade. O secretário contou a história de dona Ermelinda, uma professora aposentada que vivia em um asilo. Gabriel Chalita por essa época era menino de oito anos. A professora emprestava-lhe livros de autores como Clarice Lispector. Como o garoto ainda não compreendia o que lia, dona Ermelinda o tranquilizava, dizendo que as palavras são mágicas e quando menos se percebe entram na pessoa e ganham vida. "Dona Ermelinda foi a mulher que marcou a minha vida. Ela me ensinou a gostar de ler e de escrever", revelou.

O nono mandamento diz que devemos cultivar o amor, e o décimo, que devemos ser felizes. Segundo o secretário, o homem é complexo, porém, possui uma simplicidade intrínseca que pode proporcionar-lhe a felicidade. "Quanto mais nos aproximamos dessa simplicidade humana, mais nos aproximamos de Deus e somos felizes", concluiu.

Gabriel Chalita desde cedo deixou-se encantar pela magia das palavras. Hoje, suas palavras propalam-se como se saídas de varinhas de condão. ■



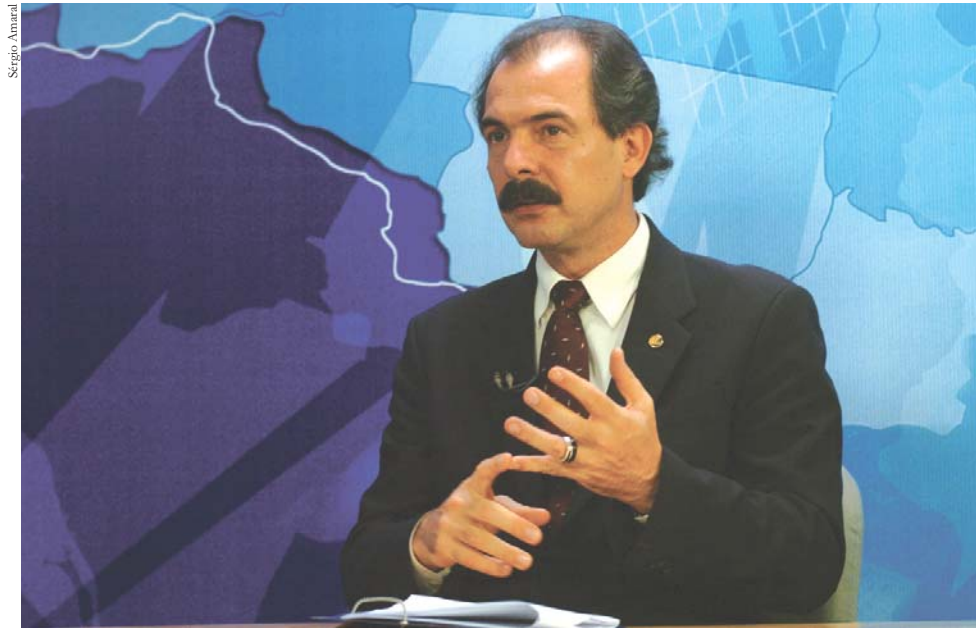
Roberta Azeiteiro

"Educação só se faz com afeto", disse o secretário Gabriel Chalita

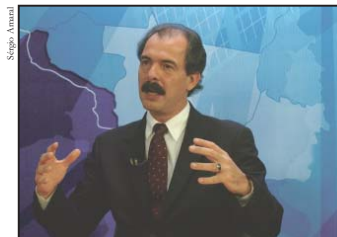
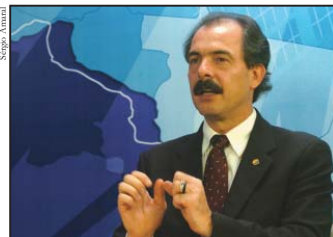
### Senador Aloizio Mercadante fala sobre a internacionalização do Brasil

O Brasil é uma grande nação. Demonstrou possuir ao longo da história uma vitalidade econômica muito grande, apesar das inúmeras desigualdades sociais ainda existentes. Apresentou a maior taxa de crescimento em todo o planeta durante os últimos cem anos. Esteve sempre entre as dez maiores economias mundiais. Possui mais da metade do território, da população e do PIB de toda a América do Sul, o que o qualifica como líder incontestado da região. E o País busca uma inserção soberana no cenário internacional. Com essas palavras, o senador Aloizio Mercadante iniciou a palestra que realizou no dia 18 de março, pelo *Sistema Multiensino*. Os alunos puderam interagir com perguntas, em tempo real, pela *internet* e pelos canais da televisão RBT, instalados em São Paulo e Brasília.

Segundo o senador, a liderança do Brasil na América do Sul deu-se em um cenário mundial de grandes mudanças. A primeira, uma mudança estrutural que vem ocorrendo desde meados dos anos setenta, serve como novo paradigma científico e tecnológico. A informática,



O senador Aloizio Mercadante, na palestra para o *Sistema Multiensino*



a engenharia genética, os novos materiais, os novos modos de gestão do sistema produtivo, a *internet*, tudo isso modificou profundamente a forma de produção e a relação entre as nações. "Uma das alterações que ocorreram mundialmente é a configuração de grandes blocos econômicos", disse o senador.

A União Européia, que integrou países, criou uma coordenação macroeconômica, uma corte de justiça, um banco central e uma moeda única, o euro, é uma das mais importantes unidades econômicas do mundo e atualmente o melhor exemplo dessa nova ordem. A Europa pretendeu ganhar força para competir com as novas potências emergentes, especialmente os Estados Unidos. O país norte-americano, por sua vez, aliou-se ao México e ao Canadá para criar a

Área de Livre Comércio das Américas (Alca), outro poderoso bloco comercial. E o Mercosul, o bloco sul-americano que vem sendo construído há mais de dez anos, tem grande prestígio político e econômico no continente.

Na opinião do senador, para inserção de sua economia no plano internacional, primeiramente, o Brasil, na condição de líder do Cone Sul, deve contribuir para o crescimento econômico da região como um todo. Outro ponto crucial para a consolidação do bloco sul-americano é o fortalecimento da democracia na região. O senador citou a recente crise na Venezuela, que quase acabou em guerra civil, não fosse a sugestão do Brasil de criar um grupo de amigos disposto a uma solução negociada para o país. Para o palestrante, mantida a liderança do Brasil, haverá um Mercosul

cada vez mais forte.

O palestrante apontou outra grande prioridade para o País: a soma de novos aliados estratégicos, que deve ocorrer com países em intenso desenvolvimento. "No ano passado, a relação comercial entre o Brasil e a China teve aumento de 60%", destacou.

Também foi abordada na palestra a vitória obtida pelo grupo de nações em desenvolvimento, lideradas pelo Brasil e com o apoio da Índia e da China, durante a rodada de negociações promovida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em Doha, no Qatar. Entre outros tópicos, os países ricos comprometeram-se a retirar as barreiras que dificultam as exportações dos produtos agrícolas dos países em desenvolvimento.

Por fim, o senador disse que o Brasil hoje é uma liderança reconhecida

*"O Brasil é uma liderança reconhecida internacionalmente"*

internacionalmente. Um forte indício é o fato de manter grande prestígio junto à Organização das Nações Unidas (ONU). O Brasil tem sido convidado pela ONU a comandar missões de paz em países como o Timor Leste e o Haiti. "Mantemos uma política de defesa da paz. Buscamos a solução diplomática dos conflitos. Fazemos isso com soberania, e os resultados econômicos aparecem", concluiu. ■

## Ministro Carlos Velloso fala sobre propriedade e desapropriação

No dia 16 de junho, o ministro Carlos Velloso, do Supremo Tribunal Federal (STF), proferiu mais uma palestra pelo *Sistema Multiensino*. Ele falou sobre a função social da propriedade e a ocorrência da desapropriação, em tempo real, pela *internet* e pelos canais da televisão RBI, instalados em São Paulo e Brasília.

As revoluções liberais, que começaram com a Independência dos Estados Unidos, em 1776, e atingiram o apogeu com a Revolução Francesa, em 1789, puseram fim à era moderna, caracterizada pelo despotismo dos regimes absolutistas, e deram início à idade contemporânea, cuja marca é a liberdade. As revoluções francesa e

norte-americana trouxeram em seu bojo a idéia de Constituição, que compreende sobretudo a limitação do poder.

Relembrando esses conceitos, o ministro Carlos Velloso destacou que, se num primeiro momento as constituições foram feitas para garantir o direito individual, em outro, mais precisamente no início do século XX, com a Constituição alemã de 1919 (período da República de Weimer), os direitos sociais, da coletividade, passaram a ser o objeto.

No Brasil, a Constituição de 1934 realizou o compromisso do individual com o social, segundo o ministro. Ele explicou que, a partir de então, a propriedade e o livre exercício de atividades econômicas, características do direito individual, foram dirigidos para o bem-estar social. A atual Constituição Federal estabelece, por sua vez, que a propriedade deve atender à sua função social. De acordo com o ministro, se essa função não for observada, pode ocorrer a desapropriação da propriedade. A desapropriação é a transferência compulsória da propriedade particular para o poder público. "Ela pode suceder por necessidade ou por utilidade pública,

casos que exigem indenização em dinheiro", esclareceu o ministro.

A desapropriação por interesse social, objetivo da reforma agrária, atinge a propriedade improdutivo, que, como tal, deixa de realizar sua função social. Nessa conjuntura, a indenização se dá por meio de títulos da dívida agrária. E se necessita construir uma estrada ou um hospital, o poder público pode desapropriar a área em questão, pois é do interesse coletivo. Segundo o ministro, a desapropriação se dá em duas fases. A declaratória acontece quando o governo declara o imóvel desapropriável. A etapa executória é o cumprimento propriamente dito da desapropriação.

O ministro falou ainda sobre a desapropriação confisco, feita na propriedade utilizada para o cultivo de plantas psicotrópicas. Nesse caso, o poder público confisca o imóvel sem a necessidade do pagamento de indenização.

Por fim, o ministro destacou a possibilidade de ocorrência da retrocessão, situação em que, se o bem expropriado não for utilizado para o interesse público, o desapropriado pode exigir de volta o seu imóvel. ■



Sérgio Amarel

O ministro do Supremo, Carlos Velloso, na palestra para o *Sistema Multiensino*

## Projeto Genoma brasileiro é respeitado pela comunidade científica internacional

Tente identificar e fazer o mapeamento de mais ou menos cem mil genes estruturais existentes no DNA das células do corpo humano. Procure determinar as seqüências dos três bilhões de pares de bases químicas presentes nesse DNA. Não se esqueça de dizer que pretende armazenar essas informações em bancos de dados e desenvolver mecanismos eficientes para analisá-los e aproveitá-los para novas pesquisas biológicas. Difícil? O Projeto Genoma Humano, que se iniciou nos Estados Unidos em 1990, deve durar 15 anos e tem a participação de vários países, já está fazendo isso por você e pela população de todo o planeta.

Na palestra realizada pelo *Sistema Multiensino*, no dia 18 de junho, os alunos puderam conhecer um pouco mais sobre esse importante mapeamento genético internacional. O físico e doutor em ciências naturais, José Fernando Perez, é diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Acompanhado do médico oncologista Drauzio Varella,

doutor Perez enfocou a importância da participação brasileira no projeto. Os estudantes formularam perguntas, em tempo real, pela *internet* e pelos canais da televisão RBI, instalados em São Paulo e Brasília.

De acordo com o pesquisador, a implantação do projeto no Brasil foi um trabalho de fôlego que exigiu um preparo especial e uma intensa "colaboração virtual", entre pesquisadores espalhados pelo Estado de São Paulo, dada pela rede de informática batizada de Organização para Sequenciamento e Análise de Nucleotídeos (Onsa). Nada foi em vão, o Projeto Genoma brasileiro ganhou o respeito da comunidade internacional. Em 2000, pesquisa da Fapesp foi capa da revista britânica *Nature*, uma das mais importantes publicações científicas no mundo. A matéria enfocou o trabalho dos pesquisadores brasileiros na obtenção do sequenciamento genético da bactéria *Xylella fastidiosa*, responsável pela doença do "amarelinho", que ataca a cultura de laranja do estado paulista. Foi a primeira vez que a

*Nature* dedicou matéria de capa a um trabalho científico realizado no Brasil.

Doutor Perez enfatizou que a biotecnologia é uma área estratégica para o nosso país. Ela permite a realização de pesquisas em nichos de interesse definidos por circunstâncias geoeconômicas, como a biodiversidade brasileira, a maior do mundo. O professor salientou que, na década de 1960, o Brasil apresentava cientistas brilhantes, mas verdadeiros heróis, pois pesquisavam isoladamente. Após a implantação da pós-graduação, ocorreu um incremento da produção científica brasileira, que hoje representa 1,5% da produção mundial. Essas pesquisas avançaram nos últimos quatro anos na área da genética molecular, ou genômica ou ainda biotecnologia molecular. Para o pesquisador, o processo da competência gerada no ambiente acadêmico atualmente transborda para o ambiente privado, e até público, pois parceiros governamentais e privados investem e encomendam pesquisas junto ao Projeto Genoma implantado no Brasil. ■



Wilson Art

O físico José Fernando Perez

## A vida, pelo bom jornalismo

José Hamilton Ribeiro, atualmente repórter do *Globo Rural*, da *TV Globo*, é daqueles jornalistas que se dispõem a entrar no cenário dos acontecimentos, a vivenciá-los na própria pele. Nada de salas fechadas, ao frescor de ares-condicionados, enquanto os fatos queimam do lado de fora. Ele costuma participar na linha de frente das batalhas da vida, sejam elas desferidas por armas de fogo e artefatos explosivos contra seres humanos, sejam elas provocadas contra a indefesa natureza. Polivalente, José Hamilton tanto pode estar no

campo em que bombas incendiárias ou nucleares minam vidas humanas, ou estar munido de bombas de incêndio para apagar o fogo sobre plantações, ou simplesmente estar em meio a bombas de São João que explodem nas trincheiras das alegrias de junho. Mas foi para falar acerca do campo de ação mais devastador sobre a humanidade, a guerra, e dos campos do jornalismo em áreas de conflito que José Hamilton Ribeiro esteve, no dia 21 de setembro, em um dos teatros do *Sistema Multiensino*. A palestra foi transmitida pelos canais da televisão RBI, instalados em São Paulo e Brasília, e pela *internet*.

José Hamilton Ribeiro apresentou o vídeo de um programa feito pela *Globo*, em 1995, chamado *Contagem Regressiva*, em

que ele aparece de volta ao Vietnã mais de vinte anos depois de sua participação como correspondente da guerra. Sim, José Hamilton esteve lá, no *front*, em 1968, como repórter da extinta revista *Realidade*. Arriscou-se, saiu ferido e perdeu uma das pernas. Viu atrocidades. Carregou parte de equipamentos, cigarros e dinheiro dentro de camisinhas, úteis preservativos na travessia de rios, lagos e pântanos. Muitas vezes, apenas para matar a sede que os cantis não davam conta, teve de usar pílulas de sal para tornar límpida a turva água de brejo. E quando não havia nem água pantanosa por perto, punha na boca outro tipo de pastilha para iludir a impiedosa sede, por dias.

José Hamilton disse que o que leva o jornalista, de vocação, a arriscar a própria vida pode ser um pouco de vaidade, um pouco de espírito de aventura, um pouco de ambição profissional. Mas, no íntimo, o que realmente o conduz é o espírito romântico de estar onde as coisas acontecem e poder denunciar abusos e injustiças, sejam de ordem econômica, política, militar ou por ordem da bandidagem mesmo. E, nesse momento, o jornalista citou o colega Tim Lopes, que, em 2002, foi assassinado por traficantes do Rio de Janeiro durante o exercício da profissão.

De acordo com José Hamilton, existem dois tipos básicos de correspondência de guerra. Um deles é a cobertura técnica, que se volta para a política e a estratégia do combate. O segundo tipo de correspondente é aquele que vai para o local, o teatro de operações da batalha. “Esse foi o tipo de cobertura que escolhi, para ver o conflito no nível do combatente mesmo, e não as genialidades dos

oficiais”, contou o jornalista.

Segundo José Hamilton, se somos um país com pouca experiência em grandes embates, pelo menos apresentamos uma correspondência de guerra do mais alto nível, reconhecida internacionalmente. E ele ofereceu três exemplos de grandes correspondentes de guerra. O primeiro que mencionou foi Euclides da Cunha, que foi contratado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* para produzir, *in loco*, uma série de artigos sobre a Guerra de Canudos (1896-1897), trabalho que resultou no livro *Os Sertões*. O segundo foi Visconde de Taunay, então oficial brasileiro

*“O tipo de cobertura que escolhi foi ver o conflito no nível do combatente mesmo, e não as genialidades dos oficiais”*

que escreveu sobre a Retirada da Laguna, episódio da Guerra do Paraguai (1864-1870) que se tornou mais importante que a própria luta. O terceiro foi o escritor Rubem Braga. “Como correspondente na Segunda Guerra Mundial, Rubem Braga fez uma cobertura totalmente inovadora, baseada na crônica, na sensibilidade pessoal diante dos acontecimentos”, explicou.

No entanto, para os alunos, ficou a certeza de existir outro excepcional correspondente de guerra. Seu nome é José Hamilton Ribeiro. ■



## Computação em grade é o paradigma do século XXI

A professora Alba Cristina de Melo, doutora em ciência da computação, falou sobre as vantagens do sistema de computação em grade. A palestra foi transmitida pelo *Sistema Multiensino*, no dia 14 de setembro, pelos canais da televisão RBI, instalados em São Paulo e Brasília. Os alunos também puderam, e podem, acessá-la pela *internet*.

Segundo a professora Alba, há alguns anos, diante do grande alcance da *internet* e da disponibilidade de máquinas com alto poder de

computação, surgiu a idéia do “supercomputador”, que aproveitaria os ciclos ociosos das máquinas conectadas à rede mundial, com vistas a solucionar problemas que não poderiam ser resolvidos por um único computador. Esse tipo de abordagem ficou conhecido como metacomputação. No entanto, como os “supercomputadores” são muito caros, a computação em grade, que é uma rede dedicada e não utiliza a *internet*, surgiu para democratizar o uso de máquinas de alto desempenho. Ela passou a ser considerada uma evolução

da metacomputação, uma vez que, além de compartilhar o poder computacional das máquinas, inclui outros tipos de recursos, como dados, *softwares* e equipamentos específicos.

A computação em grade está sendo utilizada em diversas áreas, como comércio eletrônico, sistemas financeiros ou de multimídia, pois oferece um potencial muito grande para o aproveitamento efetivo do parque computacional já instalado nas organizações. Além disso, propicia o compartilhamento colaborativo entre diferentes organizações. Assim, entidades, empresas e universidades com objetivos comuns passam a integrar uma espécie de organização virtual, que faz uso inteligente do parque computacional de cada uma delas. No uso científico, por exemplo, podem ser observadas simulações como o comportamento de um coração em três dimensões, a formação de buracos negros no universo ou a ocorrência de blecautes elétricos nas cidades. E a computação em grade também pode servir de suporte para debates entre profissionais geograficamente separados (videoconferência).

Existem diversos tipos de grades. A mais comum é a computacional, que busca o processamento de alto desempenho. Já a grade de dados compartilha um sistema de armazenamento em *terabytes*, que é

a unidade de medida de informação equivalente a 240 *bytes*. Outro tipo de grade orienta serviços de maneira genérica. Como funcionamento básico de um sistema em grade, há três grandes etapas envolvidas: a descoberta dos computadores disponíveis para o usuário, a seleção da máquina em que o programa será executado e a execução remota. Nesta última etapa, o programa, os dados de entrada e os arquivos auxiliares, se existirem, serão copiados da máquina do usuário para a escolhida. A notificação do andamento do término do trabalho, que pode durar dias, é feita via *e-mail*, a maneira mais tradicional, ou por telefones celulares.

Diversos países investem na computação em grade, e o Brasil conta com vários pesquisadores atuando nessa área. A palestrante salientou que, em nosso país, entre outros grupos de pesquisa importantes, estão em desenvolvimento protótipos de aplicação e comparação de seqüência biológica e uma grade de serviços para controlar tráfego aéreo.

Para a professora Alba, a computação em grade tem provocado grande interesse porque mudou o foco. Não se trata mais tão-somente do uso da máquina. A computação em grade possibilita a valiosa colaboração e integração entre diferentes instituições. “É o paradigma da computação do século XXI”, concluiu. ■



Sérgio Amarel

Para a professora Alba Cristina de Melo, a computação em grade reúne diferentes instituições sob o mesmo interesse

## A mão da ciência sobre a fisioterapia e a terapia ocupacional

O presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 3ª Região (Crefito 3), doutor Gil Lúcio Almeida, realizou palestra pelo *Sistema Multiensino*, no dia 14 de setembro. A conferência foi transmitida pelos canais da televisão RBI, instalados em São Paulo e Brasília, e pela *internet*.

A fisioterapia e a terapia ocupacional começaram, em 1929, pelas mãos da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (as santas casas no Brasil dedicam-se ao atendimento médico-hospitalar voltado para pacientes carentes, e seus hospitais possuem equipamentos de última geração e estão entre os maiores do País). Porém, somente em 1951 foi criado o curso de formação de fisioterapia.

O professor Gil Lúcio salientou que as profissões surgem segundo as demandas do mercado. No caso da área de saúde, as questões são bastante delicadas, porque tratam do sofrimento humano. Quando está com algum problema físico, e se o caso não pode ser resolvido de forma medicamentosa nem cirúrgica, a pessoa passa a procurar outra forma de aliviar o sofrimento. A fisioterapia e a terapia ocupacional nasceram exatamente da fragilidade humana, da necessidade da sociedade, que clama por uma vida melhor.

O presidente Gil Lúcio falou sobre a diferença entre o técnico e o profissional da área que defende. Segundo ele, o técnico aprende apenas os métodos e como os aplicar. “Contudo, se realmente busca entender os princípios anatômicos e fisiológicos, as leis da biomecânica, do controle motor que rege a produção de um movimento, então o técnico

começa a tornar-se um profissional”, explicou. O professor enfatizou que, a partir do aprofundamento dos estudos, o profissional depara-se com uma considerável gama de intervenções, para agir sobre determinada disfunção. Assim tornar-se-á um profissional capaz de fazer um diagnóstico, identificar o tratamento mais adequado, executá-lo e avaliar sua eficiência. O profissional basear-se-á em princípios técnicos-científicos e deixará de ficar aprisionado a um único tipo ou forma de tratamento.

O presidente do conselho disse que a fisioterapia e a terapia ocupacional trabalham com um sistema muito bonito e complexo, que é o movimento humano, e não existe apenas uma forma para a realização de uma tarefa motora. Certa vez, ele participou de um experimento em que foi solicitado a uma pessoa que apontasse com uma pequena vareta para várias direções do espaço. O movimento foi reconstruído, por computador, e os cientistas calcularam a rapidez e a eficiência com que foi realizado. Em uma etapa subsequente, a pessoa repetiu o movimento, com o cotovelo imobilizado. Os estudiosos acreditavam que haveria mais eficiência na execução do movimento se o cotovelo estivesse livre, mas não foi o que demonstrou a ciência. “Na verdade, o nosso sistema tem uma plasticidade tão grande que somos eficientes com cotovelo imobilizado ou não”, destacou.

O professor aconselhou os alunos a absorver o máximo de conhecimentos, pois estarão garantindo o sucesso profissional. “Na saúde, temos de proteger a vida, então, não podemos falhar. Por isso, não podemos desperdiçar o que temos de melhor, que é a

nossa capacidade de aprender”, ressaltou.

O professor Gil Lúcio sabe mesmo do que está falando. Ex-engraxate, fez Ph.D. e pós-doutorado nos Estados Unidos, e tem artigos publicados nas principais revistas da área. “Temos de ter fé no futuro e na capacitação profissional”, encerrou. ■



O presidente do Crefito 3, professor Gil Lúcio Almeida

### Juliana Cabral é prata da casa



Fernanda Mifani

A atleta **Juliana Cabral**, aluna da UNIP, recebe homenagem pelo desempenho nos Jogos Olímpicos

Juliana Cabral bate um bolão. No esporte e na vida, essa zagueira sabe defender sua posição com os pés no chão e a cabeça voltada para um futuro de muitas vitórias. Para o país do futebol masculino, a conquista da inédita medalha de prata para a Seleção Brasileira de Futebol Feminino, de campo, nas Olimpíadas realizadas em Atenas, na Grécia, foi um feito e tanto. Em uma partida

emocionante contra a seleção norte-americana, decidida no segundo tempo da prorrogação, a equipe do técnico René Simões exibiu um futebol de força e determinação. Sem salto alto, as brasileiras apresentaram o melhor ataque e a melhor defesa durante todo o campeonato. E Juliana, a capitã da seleção, teve participação exemplar. Para o Brasil, a medalha de prata vale mesmo ouro. Foi a vitória da garra e da

superação.

Juliana Cabral é aluna do curso de Educação Física da UNIP e joga pela equipe de futebol de salão (futsal) da universidade. A técnica da equipe de Juliana, professora Maria Cristina de Oliveira, disse que a maioria das jogadoras brasileiras sobrevive do futsal e não consegue manter uma regularidade em treinos na modalidade de campo. “Elas não têm estrutura para

treinar futebol de campo durante todo o ano”, contou. Segundo a professora, Juliana é uma guerreira no que faz. “A qualidade de jogo dela evoluiu muito. Ela é extremamente dedicada e acima de tudo competente”, disse.

A medalha de prata em Atenas foi a melhor participação do futebol feminino em Jogos Olímpicos. Em Atlanta (EUA), 1996, o Brasil conquistou a quarta colocação. Em Sidney (Austrália), 2000, o País obteve a mesma classificação, e Juliana já integrava a equipe. Mas a seleção feminina vem apresentando outros grandes resultados, como a conquista do ouro nos Jogos Pan-americanos de Santo Domingo, no ano passado. Ela ocupa a sexta colocação no ranking da FIFA.

Juliana teve de vencer momentos muito difíceis na vida. A jogadora perdeu a mãe aos doze anos. Nessa idade, com o apoio do irmão Leandro, começava a jogar futebol de salão e a disputar campeonatos. O pai, Moacir, assumiu o papel de incentivador, de torcedor, de fã de Juliana. “Pai, você é meu ídolo. Como perdi minha mãe muito cedo, eu não teria conseguido sucesso sem a sua ajuda. A medalha é sua também”, disse a zagueira, em uma emocionante conversa com o pai.

Seu Moacir levantou a bola da filha e tornou-se o herói dela. Hoje, Juliana é a grande heroína do pai, da UNIP e de todo o Brasil. ■

## Encontro defende a clínica psicológica para o bem da comunidade

O trabalho desenvolvido nas clínicas psicológicas da UNIP sempre se caracterizou pelo bom atendimento prestado à população. Por esse motivo, profissionais da universidade foram convidados a participar de um encontro realizado na Universidade de São Paulo (USP), no campus de Ribeirão Preto, em agosto. O encontro promoveu discussões sobre a produção e transmissão de conhecimentos relacionados às novas práticas diagnósticas e interventivas em psicologia. A participação da UNIP foi representativa, tanto na organização, quanto na apresentação de trabalhos.

A professora Marília Ancona-Lopez, membro do Conselho

Nacional de Educação e relatora das novas diretrizes nacionais para os cursos de graduação em psicologia, participou da conferência de abertura e falou sobre as trajetórias e os paradigmas da formação profissional. Como conselheira, ela destacou as dificuldades inerentes à implantação de um novo currículo.

Já a vice-reitora de Pós-graduação e Pesquisa e coordenadora geral dos cursos de psicologia da UNIP, professora Gohara Yvette Yehia, mostrou que é necessário o diálogo permanente entre as necessidades da comunidade e os serviços psicológicos oferecidos pelos centros de psicologia aplicada (CPAs). Segundo a professora, os coordenadores

dos CPAs precisam estar atentos a essas necessidades e oferecer o atendimento às comunidades, sem descuidar, entretanto, da proposta pedagógica do curso. A coordenadora também destacou a importância da realização de pesquisas para verificar se de fato são atendidos os interesses da comunidade e o que precisa ser modificado.

Para discutir acolhimento, recepção e triagem das clínicas psicológicas, foi convidada a professora Sílvia Ancona-Lopez, coordenadora dos centros de psicologia aplicada dos campi Campinas e Chácara Santo Antônio, da UNIP. A psicóloga disse que a maioria dos clientes que procuram

os serviços de psicologia busca a psicoterapia breve e as triagens interventivas.

Cerca de 35 trabalhos de professores e alunos da UNIP foram apresentados, com temas que iam desde violência familiar e abuso sexual infantil até psicologia hospitalar e caracterização da clientela que procura a clínica-escola. Uma das apresentações mais originais expôs uma nova abordagem no atendimento a pacientes psicóticos. Foi realizada pelo professor Haroldo Tuyoshi Sato, do campus Santos. Outro trabalho que chamou a atenção, por unir a psicologia à informática, foi o do professor Oliver Zancul Prado, do campus Araraquara. ■

## Ministro Gilmar Mendes fala sobre leis municipais

O controle de constitucionalidade de lei municipal foi o tema escolhido pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para a palestra que realizou pelo *Sistema Multiensino*, no dia 28 de abril. Os alunos participaram da conferência com perguntas, em tempo real, pela *internet* e pelos canais da televisão RBI, instalados em São Paulo e Brasília.

Segundo o ministro, no Brasil, até a homologação da Constituição Federal de 1988, o controle de constitucionalidade sobre lei federal ou estadual ocorria sempre em relação à Constituição Federal. Com a nova Carta, tribunal de Justiça passou a poder exercer controle de constitucionalidade sobre lei estadual e municipal perante a Constituição Estadual; e quase todos os estados adotaram a norma.

“Por outro lado”, destacou o ministro, “existem muitos dispositivos da Constituição que os estados reproduzem em seu texto constitucional obrigatoriamente. E há outros que são repetidos voluntariamente.” No entanto, logo uma dúvida surgiu: no caso de um tribunal de Justiça julgar inconstitucional uma lei municipal em relação a uma norma estadual que é reprodução obrigatória da Constituição Federal, então, a questão pertenceria ao

direito constitucional federal? Em outras palavras, caberia recurso extraordinário? O palestrante salientou que recurso extraordinário somente se admite quando se fere dispositivo da Constituição Federal. Mas o STF percebeu que poderia faltar sintonia na orientação fixada por ele, já que o tribunal de Justiça estadual poderia declarar constitucional uma norma que o Supremo declarava inconstitucional, e vice-versa. O STF decidiu que, nesse caso, era admissível, sim, o recurso extraordinário.

Como o recurso extraordinário, no Brasil, não tem eficácia geral – ou seja, vale apenas entre as partes de um processo –, houve inovação no sistema. A decisão sobre controle de constitucionalidade do direito municipal diante da Constituição Estadual teria eficácia *erga omnes* (extensiva a todos), portanto, um tipo de recurso extraordinário diferente. Com isso, o Supremo evitou a possibilidade de incongruência sobre um parâmetro de controle que se encontra na Constituição Federal e está reproduzido obrigatoriamente na Constituição Estadual. Contudo, o recurso extraordinário não cabe se a norma constitucional federal foi reproduzida voluntariamente.

Outra questão importante refere-

se ao controle de constitucionalidade do direito municipal perante a Constituição Federal. Em 1999, uma nova lei estabeleceu a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF). A ADPF determina que o presidente da República; o Senado Federal; a Câmara dos Deputados; assembleias legislativas; governadores; o procurador-geral da República; a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); partidos políticos com representação no Congresso Nacional; e confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional possam encaminhar questão do direito municipal diretamente ao Supremo, desde que haja controvérsia jurídica relevante. “O IPTU progressivo e

as chamadas taxas de iluminação pública são causas decididas pelo Supremo que interessam a todos os municípios”, esclareceu o ministro.

Por fim, o ministro ressaltou o caráter de excepcionalidade do Distrito Federal, que não possui constituição, mas Lei Orgânica, e o seu tribunal de Justiça é órgão federal. A questão foi resolvida ao elevar-se a Lei Orgânica ao patamar das constituições estaduais e tornar o Tribunal de Justiça do Distrito Federal apto para exercer controle de constitucionalidade. E o Distrito Federal, que não se encontra dividido em municípios, legisla também sobre o direito municipal. Normas do IPTU, por exemplo, são tratadas no âmbito da legislação do DF. ■

Sérgio Amoral



O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal

## Reconvenção é "peça de resistência"

No dia 14 de abril, a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Nancy Andrighi, falou aos alunos do *Sistema Multiensino*. Os estudantes formularam questões à ministra, em tempo real, por meio da *internet* e dos canais da televisão RBI, instalados em São Paulo e Brasília.

Para falar de reconvenção e pedido contraposto, a ministra começou por esclarecer a diferença entre processo e procedimento. O primeiro é o instrumento pelo qual o Estado exerce

jurisdição e o segundo representa um conjunto de atos estabelecidos pela lei processual que devem ser seguidos na forma determinada, com a finalidade de chegar a uma decisão final. Por outro lado, ação é um direito subjetivo de acesso ao Judiciário.

“A reconvenção é uma resistência, um contra-ataque, uma ação que o réu propõe contra o autor dentro dos mesmos autos, dentro do mesmo processo que lhe está sendo movido pelo

autor”, explicou a ministra. Pela regra geral, a reconvenção somente é possível no procedimento ordinário. Porém, em casos de exceção, também pode ser promovida em procedimentos especiais.

Existem quatro fases que devem ser obedecidas no processo ordinário. A primeira é postulatória, quando as partes fazem seus pedidos, o autor na inicial e o réu na contestação. Em seguida, vem a fase saneadora, em que o juiz toma decisões e designa audiência de conciliação. A terceira é a fase de instrução, quando as provas são produzidas. E a fase decisória encerra o procedimento. Contudo, no procedimento especial conhecido como sumário, há a concentração de fases na primeira (postulatória).

Segundo a palestrante, o réu, no procedimento ordinário, depois de citado, dispõe de vários caminhos para responder às pretensões do autor. Primeiramente, pode arguir exceções: de incompetência, de suspeição ou de impedimento. Também pode contestar a ação por meio de preliminares ou mérito. Finalmente, pode entrar com a reconvenção.

De acordo com a ministra Nancy Andrighi, a reconvenção deve ser apresentada simultaneamente à contestação. No entanto, por se tratar de petição inicial, o réu/reconvinte deve apresentar a contestação e a reconvenção em peças separadas. A entidade judiciária estabelecida para a reconvenção tem

de ser a mesma da ação principal, e o julgamento ocorre em conjunto. Mesmo que o juiz faça por intermédio de duas peças distintas, em uma apresentando o julgamento da ação principal e, na outra, o da reconvenção, deve publicar as decisões em conjunto.

Caso a reconvenção seja indeferida, caberá recurso de agravo de instrumento e não de apelação. Contudo, na hipótese de a ação principal ser extinta, não haverá interferência na reconvenção, pois esta possui vida autônoma.

Em relação ao pedido contraposto, a ministra afirmou que o réu, ao contestar, também pode formular pretensões. Nas ações possessórias, por exemplo, o Código de Processo Civil prevê o pedido contraposto. Embora não apareça com o nome de “pedido contraposto”, a lei autoriza ao réu contestar e formular pedidos possessórios.

Segundo a ministra Nancy Andrighi, a atuação do pedido contraposto é menor comparada à da reconvenção. No primeiro caso, a conexão só pode ser baseada nos fundamentos da inicial da ação principal. No segundo, pode se dar tanto com base nos fundamentos da inicial, como nos da contestação. “Diferentemente da reconvenção, se o autor desiste da ação principal, ou sua extinção ocorre por qualquer motivo, o pedido contraposto ficará prejudicado”, finalizou. ■



Sérgio Amoral

Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Nancy Andrighi, fala sobre reconvenção